



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

PARECER

Processo Licitatório – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014

Interessada: Comissão de Licitação – assunto – Dispensa – Inexigibilidade.

Trata-se de procedimento licitatório para dispensa/inexigibilidade de licitação, e, por conseguinte a contratação direta de empresa de serviços de telefonia fixa, vez que em nossa região somente existe uma empresa fornecedora deste tipo de serviço.

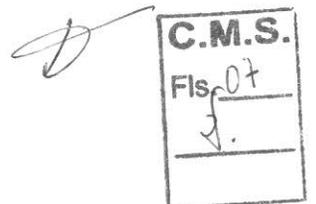
É a síntese do necessário.

Para a realização da dispensa/inexigibilidade e aquisição do produto mencionado à fls. 02, é necessário:

Procedimento administrativo de dispensa/inexigibilidade, onde deve ser aplicado no que couber a lei de Licitações sobre a matéria é o julgado do TCE/MT na Resolução de consulta nº 03/2007, publicado no DOE em 23.10.2007, senão vejamos:

**Resolução de consulta nº 03/2007 (DOE 23/10/2007).
Licitação. Dispensa e inexigibilidade. Processo
administrativo. Necessidade de formalização.**

É indispensável à formalização de processo administrativo na contratação de bens ou serviços mediante dispensa de licitação (inclusive quando se tratar de valor inferior a R\$ 8.000,00 oito mil reais). Esse critério visa assegurar o cumprimento dos princípios atinentes à citação e das exigências gerais prevista na Lei nº 8.666/1993.





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Desta forma, com base na Resolução de consulta acima temos que este Poder corretamente procedeu ao realizar o presente procedimento administrativo, sendo as cotações de preços impossíveis, face só existir uma concessionária de telefonia fixa em nossa região.

Noutro giro, temos que a Câmara Municipal de Sinop demonstra através do seu departamento de contabilidade f. 05, existir dotação orçamentária para custear a presente dispensa de licitação, desta forma está cumprido o requisito previsto no artigo 14 da Lei de Licitações.

Isto posto, com base nos documentos presentes neste processo de dispensa de licitação e em especial ao artigo 25 “*caput*”, da Lei de Licitações, somos favoráveis à homologação.

Sinop, 07 de março de 2014.

DIRCEU DA SILVA
Advogado da Câmara
OAB/MT 6444/B

